

DESCARACTERIZAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS: O CASO DO PÂNTANO DO SUL, FLORIANÓPOLIS/SC¹.

Vitória Leite Gonçalves², Edna Lindaura Luiz³.

¹ Vinculado ao projeto “Nascentes, áreas úmidas e rios de baixas ordens na ilha de Santa Catarina, Florianópolis/SC: estudo de suas características e dinâmicas”

² Acadêmica do Curso de Geografia Licenciatura – FAED – Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de Geografia – FAED – Edna.luiz@udesc.br

Áreas úmidas são ambientes diferenciados em termos de solos, hidrologia, relevo e ecossistemas. São locais de grande biodiversidade e geodiversidade. A Convenção Ramsar (1971) estabeleceu diretrizes para a sua conservação, sendo que o Brasil foi dos países que se tornaram signatários deste documento. Contudo, a preservação destes ambientes esbarra, entre outras questões, na definição e caracterização de o que é uma área úmida, uma vez, que há uma complexidade de fatores ambientais e comportamentos que condicionam esta área. Gomes (2017) trata deste problema e propõem uma classificação de áreas úmidas para Minas Gerais. Em áreas costeiras no Brasil, o estudo e preservação de áreas úmidas é urgente, pois são locais muito visados para expansão urbana. Este é o caso da baixada do Pântano do Sul em Florianópolis/SC. O presente trabalho discute as tipologias de áreas úmidas na Baixada do Pântano do Sul, as modificações antrópicas que elas sofreram e também as pressões de urbanização sobre elas.

Para isso, foram elaborados mapeamentos das feições de relevo e áreas úmidas dos anos de 1938, 1994 e 2023 a partir de fotografias aéreas, ortofotos digitais e produtos de modelo digital de terreno do ano de 2012 com resolução espacial de 1 metro. Para o ano de 2023, também se realizou visitas a campo e observações na plataforma *Google Earth*. Em cada um destes mapeamentos foram identificadas as modificações antrópicas realizadas na área de estudo.

Foram identificados diferentes ambientes de planícies costeiras na área de estudo, os quais são circundados por elevações cristalinas a leste e oeste. Os ambientes mapeados foram: terraço marinho mais alto (pleistocênico) e mais baixo (holocênico), planície flúvio-marinha, depressão lagunar, dunas, praias, planície lagunar transicional. Destes ambientes, alguns são áreas úmidas por inteiro, pois são áreas mais baixas que seus entornos e apresentam o lençol freático muito próximo da superfície, com solos hidromórficos: planície flúvio-marinha, depressão lagunar, planície lagunar transicional. Há trechos destas feições com muito acúmulo de umidade que transicionam gradualmente para terrenos menos úmidos. Em eventos de precipitação, eles desenvolvem espelhos d'água (Figura 1). No campo de dunas e sobre os terraços marinhos também há terrenos mais úmidos, embora menos extensos.

Em relação às modificações antrópicas nestes ambientes, foi constatado que desde 1938, já havia canais de drenagem e retificação de trechos fluviais, especialmente na depressão lagunar e planície flúvio-marinha. No entanto, foi a partir de 1970, que estas obras foram intensificadas na área de estudo (Schinke, 2017). Em 1994, havia mais trechos de rios retificados e mais canais de drenagem do que em 1938, abrangendo grande parte da depressão lagunar, planície transicional lagunar e planície flúvio-marinha. Interessante notar que em 2023, muitos destes canais estão assoreados e sem uso, especialmente na planície flúvio-marinha e na depressão lagunar. O assoreamento dos canais atualmente pode restabelecer a umidade dos terrenos.

Os canais de drenagem descaracterizaram as áreas úmidas, porém a umidade dos terrenos não foi toda eliminada, pois o gradiente deles é muito baixo, uma vez que as feições de relevo possuem altitudes entre 3 e 5 metros do nível do mar. Além disso, estas feições recebem água do escoamento superficial e subsuperficial das encostas ao redor. Outra modificação encontrada na área é o aterro de terrenos para edificações, arruamentos e atividades agropecuárias. Schinke (2017) comenta que algumas partes de onde hoje é o loteamento de Açores recebeu obras de terraplanagem com aterros, sendo isso também visualizado nas fotografias aéreas de 1977 e 1994.

Atualmente, há projetos de implantação de loteamentos em terrenos da planície transicional e da depressão lagunar. Isto implicaria em descaracterização completa destas áreas úmidas em função das obras de drenagem e aterros necessárias à ocupação humana. O uso atual com pastagens para pecuária extensiva em uma parte destes terrenos é menos degradante do que a urbanização que está sendo proposta. Também deve-se atentar que a ocupação por moradias e outros usos urbanos nas áreas úmidas pode criar áreas de risco por alagamentos e inundações. Estes fenômenos não deixarão de ocorrer na área de estudo, pois como comentado anteriormente, o gradiente de drenagem é muito pequeno pelas baixas altitudes dos terrenos e, também, a área recebe as águas das encostas cristalinas próximas. Talvez o que pode ocorrer é que as áreas com acúmulo de água sejam transferidas entre setores das feições analisadas. Deste modo, é importante evitar a expansão urbana sobre as áreas úmidas da baixada do Pântano do Sul, visando a preservação destes importantes ecossistemas e a não criação de áreas de risco.

Figura 1. Alagamentos (esquerda) e inundação (direita) na baixada do Pântano do Sul em evento de precipitações intensas e continuadas de 02/12/2022.



Fonte: Vitória Leite Gonçalves.

Palavras-chave: Feições da planície costeira. Mapeamento de área úmida. Obras de drenagem.

GOMES, C. S. **Bases teórico-conceituais e subsídios para a classificação hidrogeomorfológica das áreas úmidas em Minas Gerais.** 2017. 212 f. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RAMSAR CONVENTION. **Convention on Wetlands of International Importance especially as Waterfowl Habitat.** Ramsar (Iran), 2 February 1971. UN Treaty Series No. 14583. As amended by the Paris Protocol, 3 December 1982, and Regina Amendments, 28 May 1987.

SCHINKE, G. **O golpe da “Reforma Agrária”:** fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular, 2ª ed., 2017.